

Em conjunto, e cotejados com o texto final dos Acordos de Paz e com a crónica da mediação, os Comunicados que foram pontuando o processo negocial, para além de oferecerem uma cronologia das rondas e darem claro testemunho do progressivo envolvimento da mediação e dos observadores participantes, proporcionam o que se pode chamar «um exemplo de compêndio» sobre o uso do discurso diplomático.

Comunicado | Lisboa, 28 de Abril de 1990

No seguimento da disponibilidade publicamente anunciada pelo Governo da República Popular de Angola e pela UNITA realizou-se em Évora, Portugal, a 24-25 de Abril de 1990, um primeiro encontro para contactos exploratórios entre delegações representativas daquelas entidades.

Este encontro, efectuado sob os auspícios do Primeiro-Ministro de Portugal por intermédio do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, decorreu de forma positiva e permitiu a abordagem dos princípios fundamentais relativos ao processo de paz em Angola.

Comunicado | Lisboa, 19 de Junho de 1990

Na sequência do primeiro encontro para contactos exploratórios *entre* o Governo da República Popular de Angola e a UNITA, realizado em Évora, em 24 e 25 de Abril último, efectuou-se em Deitas, no Forte de S. Julião da Barra, em 16, 17 e 18 de Junho de 1990, igualmente sob os auspícios do Primeiro-Ministro de Portugal por intermédio do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, a segunda ronda de conversações entre delegações representativas daquelas entidades, compostas pelos mesmos participantes da reunião anterior.

Durante a reunião, as duas delegações prosseguiram a discussão dos princípios conducentes à instauração da paz em Angola.

A delegação da UNITA foi, entretanto, chamada para consultas, tendo ambas as partes manifestado a sua disponibilidade para um próximo encontro de contactos exploratórios.

Comunicado final | Lisboa, 30 de Agosto de 1990

Entre 27 e 30 de Agosto de 1990 reuniram-se em Lisboa, no Instituto de Altos Estudos Militares, delegações do Governo da República Popular de Angola e da UNITA, na continuação dos contactos exploratórios iniciados em Évora a 24 e 25 de Abril e prosseguidos em S. Julião da Barra, Oeiras, de 16 a 18 de Junho com a presença do Governo português.

Durante a reunião aprofundou-se a discussão dos princípios conducentes à paz em Angola. Ambas as partes manifestaram o seu interesse na continuação deste diálogo e concordaram em voltar a encontrar-se em Portugal durante a segunda quinzena de Setembro.

Ambas as delegações agradeceram ao Governo português a hospitalidade que lhes foi oferecida e manifestaram o seu apreço pelos bons ofícios por ele desenvolvidos.

Comunicado | Sintra, 27 de Setembro de 1990

Entre 24 e 27 de Setembro de 1990 reuniram-se em Sintra, na Academia da Força Aérea, delegações do Governo da República Popular de Angola e da UNITA, na continuação dos contactos directos iniciados em Évora, sob os bons ofícios do Governo português, tendo igualmente estado associadas à reunião, à margem dos trabalhos, delegações técnicas dos Governos dos Estados Unidos da América e da União Soviética. Durante a reunião, as partes concordaram com a criação de duas subcomissões, uma relativa aos princípios políticos para a instauração da paz em Angola e outra dedicada à discussão dos assuntos militares e relativos ao cessar fogo. Ficou entendido que a assinatura de um acordo sobre o cessar fogo deverá ser precedida, ou realizar-se em simultâneo, com a do acordo global relativo aos princípios.

Foram aprofundados os princípios conducentes à paz em Angola e iniciou-se a discussão do cessar fogo com base num documento de trabalho.

Ambas as partes agradeceram ao Governo português a hospitalidade que lhes foi oferecida e os bons ofícios por ele desenvolvidos, tendo concordado em voltar a encontrar-se em Portugal durante a quarta semana de Outubro.

Comunicado | Estoril, 20 de Novembro de 1990

Entre 16 e 20 de Novembro de 1990 reuniram-se no Estoril delegações do Governo da República Popular de Angola e da UNITA, na continuação dos contactos directos iniciados em Évora, sob os bons ofícios do Governo português, tendo igualmente estado associadas à reunião, à margem dos trabalhos, delegações técnicas dos Governos dos Estados Unidos da América e da União Soviética.

Durante a reunião, as partes prosseguiram e aprofundaram as discussões relativas aos princípios políticos para a instauração da paz em Angola e aos assuntos militares e relativos ao cessar fogo, tendo no final das discussões a parte portuguesa elaborado dois documentos de síntese que passarão a servir de base de trabalho.

Ambas as partes agradeceram ao Governo português a hospitalidade que lhes foi oferecida e os bons ofícios por ele desenvolvidos tendo concordado em voltar a encontrar-se em Portugal o mais tardar até ao fim de Janeiro de 1991.

Joint statement following five-part meeting on Angola

December 13, 1990
Washington, DC

There was a five-part meeting today in the State Department to discuss the negotiations leading to a settlement of the internal conflict in Angola. The participants were the GPRA, UNITA, the Soviet Union, the U. S. and Portugal. Today's discussion was a follow-on to those held yesterday among Foreign Minister Shevardnadze, Secretary of State Baker, Angolan Foreign Minister Van Dunem and UNITA President Savimbi. At today's meeting, UNITA was represented by Vice President Jeremias Chitunda, and the GPRA by MPLA Central Committee member Lopo do Nascimento. The purpose of today's discussion was to verify agreements already reached and to help reduce the number of areas of disagreement that still exist. We believe that significant progress has been made, and that the prospects for a successful sixth round of negotiations in Lisbon early next year have been enhanced.

We were favorably impressed by the friendliness of the atmosphere created by the two Angolan parties as well as by the seriousness of their approach to the negotiations. We *were* also pleased to be able to bring the two sides together at the political level.

For the future, we expect official negotiations will continue as before through the good offices of the Portuguese Government.

Declaração conjunta do encontro a cinco sobre Angola

Washington, DC
13 de Dezembro de 1990

Teve lugar hoje, no Departamento de Estado, um encontro a cinco para discutir as negociações tendo em vista uma resolução do conflito interno em Angola. Os participantes foram o GRPA, a UNITA, a União Soviética, os Estados Unidos e Portugal. A discussão de hoje foi uma continuação das que se realizaram ontem *entre o* Ministro dos Negócios Estrangeiros Shevardnadze, o Secretário de Estado Baker, o Ministro dos Estrangeiros angolano Van Dunem e o Presidente da UNITA Savimbi. No encontro de hoje, a UNITA esteve representada pelo Vice-Presidente Jeremias Chitunda e o GRPA pelo membro do Comité Central do MPLA Lopo do Nascimento.

O objectivo do encontro de hoje era verificar os acordos já alcançados e procurar diminuir o número de áreas de desacordo que continuam a existir. Somos da opinião que houve progressos significativos, e que melhoraram as perspectivas de uma sexta ronda de negociações em Lisboa, no princípio do próximo ano.

Ficámos favoravelmente impressionados pela atmosfera de amizade criada pelas duas partes angolanas, bem como pela sua seriedade nas negociações. Também ficámos satisfeitos por ter reunido ambos os lados ao nível político.

No futuro, esperamos que as negociações oficiais continuem como anteriormente através dos bons ofícios do Governo português.
(Tradução não-oficial).

Comunicado conjunto | Lisboa, 8 de Fevereiro de 1991

O Governo de Portugal, na sua missão de bons ofícios, e as delegações dos Estados Unidos e da União Soviética, como observadores nas negociações de paz de Angola, mantiveram entre 6 e 8 de Fevereiro consultas com delegações do Governo da República Popular de Angola e da UNITA. Devido a novos elementos apresentados pelo Governo da RPA, que condicionaram a agenda de trabalhos previamente estabelecida, as delegações de Portugal, dos Estados Unidos e da União Soviética lamentam não ter sido possível, neste momento, rubricar os «Conceitos para resolver as questões ainda pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA», os «Princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola» e o projecto de «Acordo de cessar fogo».

As três delegações sublinharam a necessidade de o Governo da República Popular de Angola e a UNITA chegarem tão cedo quanto possível a um entendimento sobre as questões pendentes, necessário para se alcançar a paz e se realizarem eleições livres e justas em Angola. A este respeito, as três delegações exortam o Governo da RPA e a UNITA a estudarem datas para a assinatura do acordo de cessar fogo e para o período dentro do qual se deverão realizar eleições.

As três delegações concordaram encontrar-se de novo em Lisboa no dia 4 de Março próximo para analisar os desenvolvimentos do processo negociado e para preparar a próxima reunião *entre* o Governo da República Popular de Angola e a UNITA.

Comunicado | Lisboa, 5 de Março de 1991

De acordo com a decisão tomada em 5 de Fevereiro de 1991, delegações dos Estados Unidos da América, da União Soviética e de Portugal, mantiveram consultas em Lisboa, em 4 e 5 de Março, para analisar os próximos passos do processo de paz em Angola.

Como resultado dessas consultas, foi decidido convidar o Governo da República Popular de Angola e a UNITA a enviarem delegações a Portugal no decurso do mês corrente a fim de iniciarem sessões intensivas de trabalho com vista à resolução das questões ainda pendentes relativas à assinatura do acordo de cessar fogo. As três delegações exortaram o Governo da República Popular de Angola e a UNITA a trazerem para a mesa de negociações propostas realistas relativas ao período dentro do qual se deverão realizar as eleições.

As três delegações submeterão à consideração do Governo da RPA e da UNITA propostas concretas acerca das modalidades do cessar fogo, da formação das Forças Armadas e das eleições em Angola, para serem

discutidas nas sessões de trabalho. As três delegações exortaram igualmente o Governo da RPA e a UNITA a que, nas suas declarações públicas e acções, criem condições susceptíveis de conduzir as conversações a bom termo tão rápido quanto possível.

As três delegações recomendam que um observador das Nações Unidas, a nível técnico, seja convidado a participar nas sessões de trabalho, a fim de apoiar as partes em matéria de cessar fogo.

Comunicado | Estoril, 1 de Maio de 1991

O Governo português, na sua qualidade de mediador, e as delegações dos Estados Unidos e da União Soviética, como observadores nas negociações de paz para Angola, felicitam calorosamente as delegações do Governo da República Popular de Angola e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) por ocasião da rubrica dos Acordos de Paz para Angola, que teve lugar no Estoril durante o dia de hoje. O Governo da República Popular de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) irão agora proceder à apreciação formal do complexo conjunto de documentos que integram os Acordos de Paz e comunicarão ao mediador os resultados das suas deliberações até ao dia 15 de Maio de 1991, o que implicará a suspensão *de facto* das hostilidades nesse mesmo dia. Os Acordos de Paz serão assinados em Portugal no final de Maio de 1991, entrando imediatamente em vigor.

Angola *está*, assim, no limiar de uma etapa muito importante da sua História, pelo que o Governo português e os observadores norte-americanos e soviéticos consideram absolutamente indispensável que as duas partes, bem como todos os angolanos e outras partes interessadas na paz exerçam a máxima contenção nas suas acções, de forma a preservar o espírito de boa vontade, cooperação e confiança mútua que se criou à mesa das negociações.

O Governo português e os observadores norte-americanos e soviéticos manifestam a sua profunda satisfação pelo empenho demonstrado pelas delegações angolanas em trabalhar para o bem-estar e a prosperidade da Nação angolana e exprimem a sua convicção de que a paz e a democracia duradouras se estabelecerão em Angola.

Comunicado conjunto | Lisboa, 16 de Maio de 1991

Realizou-se no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, em 15 e 16 de Maio de 1991, uma reunião com a participação de representantes do Governo da República Popular de Angola e da UNITA, na presença dos mediadores portugueses e de observadores dos EUA e da URSS.

As delegações congratularam-se com o facto de a reunião coincidir com a notificação pelas duas partes, ao Primeiro-Ministro de Portugal, da aceitação dos Acordos rubricados no Estoril e com a suspensão *de facto* das hostilidades.

A este respeito constataram com a maior satisfação, considerando ser extremamente positivo para a real efectivação do cessar fogo, o facto de o Governo da República Popular de Angola e a UNITA terem confirmado a observância generalizada da cessação das hostilidades.

A mediação informou os participantes na reunião que as duas partes haviam igualmente notificado o Primeiro-Ministro de Portugal sobre os países que desejam prestem assistência no processo de formação das Forças Armadas angolanas e que são Portugal, a França e o Reino Unido.

Durante a reunião foi feito o ponto da situação sobre a participação da ONU no processo de verificação do cessar fogo, tendo as delegações acordado em apelar ao Conselho de Segurança para que apoie o processo dessa participação estabelecido nos Acordos do Estoril, proporcionando os meios necessários à sua eficaz aplicação. Para além disso, foram analisados aspectos relativos às questões logísticas de instalação das estruturas criadas pelos Acordos do Estoril, bem como concordadas orientações genéricas quanto à assinatura formal que se realizará no próximo dia 31 de Maio, em Lisboa, com a presença do Presidente da República Popular de Angola, Eng.º José Eduardo dos Santos e do Presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi.